Parte 1 - Políticas públicas: em debate o social

Deslocamentos humanos no Vale do Paraíba: indicadores para a construção de políticas sociais

Thaís dos Anjos Segura Gimenez
Maria Fernanda Teixeira Branco Costa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PIMENTA, CAM., and ALVES, CP., orgs. *Políticas públicas & desenvolvimento regional* [online].
Campina Grande: EDUEPB, 2010. 211 p. ISBN 978-85-7879-016-5. Available from SciELO Books
<<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Deslocamentos Humanos no Vale do Paraíba: indicadores para a construção de Políticas Sociais

Thaís dos Anjos Segura Gimenez¹

Maria Fernanda Teixeira Branco Costa²

Introdução

O presente artigo apresenta os resultados parciais do projeto *“Deslocamentos Humanos e seus significados Contemporâneos – migrantes no Vale do Paraíba”*, realizado conjuntamente com alunos de Serviço Social, em orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, alguns bolsistas - PIBIC, PIC, e participantes do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Identidade, Cultura, História Oral na Universidade de Taubaté – SP, no período 2005//2007.

Conhecer a realidade dos deslocamentos humanos, hoje, nos municípios do Vale do Paraíba é o objetivo geral do projeto.

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade de Taubaté, UNITAU, BRASIL

2 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora assistente da Universidade de Taubaté.

Para definirmos o que estamos denominando *deslocamentos humanos* tomamos como referência àquelas pessoas em situação de vulnerabilidade social, em trânsito pelo Vale do Paraíba, sejam migrantes ou população de rua, atendidas pelo setor público e privado (albergues, centros de triagens, organizações religiosas).

É importante lembrar que as pessoas sem domicílio não foram consideradas pelo Censo Demográfico de 2000. Não sabemos, portanto, quantas são ao certo, mas existem registros realizados pelas organizações citadas. A sistematização destes registros seja, em sua dimensão quantitativa como também qualitativa, poderá orientar a construção de metodologias de trabalho, construir uma rede de comunicação entre os profissionais; bem como elaborar indicadores que justifiquem a urgência na formulação de políticas sociais integradas à rede de serviços sociais proporcionados pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Primeiramente, focalizamos três cidades do Vale do Paraíba: São José dos Campos, Taubaté e Aparecida, pois o Censo Demográfico 2000, ao demonstrar o aumento de fluxos migratórios com destino a cidades do interior de São Paulo saindo da metrópole indica que entre, 1995 a 2000, São José dos Campos recebeu 18.179 mil pessoas da região metropolitana de São Paulo e o município de Taubaté, cidade vizinha recebeu 12.515 mil. Incluímos entre as duas cidades, o município de Aparecida, por ser um Santuário Nacional e atrair um fluxo de pessoas muito grande.

Em segundo, foram ouvidas as experiências dos assistentes sociais nestas organizações, para conhecer quem são estas pessoas em deslocamento, de onde vêm, para onde estão indo e o que buscam. Com o desenvolvimento do projeto, pretende-se conhecer também as experiências das pessoas em deslocamento.

Nesta etapa do projeto, podemos afirmar, e isto é expresso nos depoimentos dos profissionais de Serviço Social - *os deslocados constituem uma população em situação de vulnerabilidade social*.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS³ o que caracteriza a situação de vulnerabilidade social:

(...) famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos e afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2005, p. 27).

A Política Nacional (PNAS, 2005, p. 33) estabelece como um dos objetivos da assistência social: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Define também que a proteção social especial tenha como referência o atendimento aos migrantes e os serviços operados por abrigos e albergues.

Desenvolvimento

Os levantamentos, até então, apontam as caracterizações utilizadas para denominar as pessoas em deslocamento, as modalidades dos deslocamentos, as localidades de proveniências.

Os primeiros contatos com os assistentes sociais descrevem uma realidade complexa. É grande o número de pessoas vivendo na rua, moradoras do mesmo município, em função da dissolução de laços familiares motivados em grande parte pelo desemprego, pela dependência química. É significativo o número de pessoas se deslocando à procura de emprego, por melhor condição alimentar e possibilidade de sobrevivência.

3 BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME (MDS). CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

Os dados levantados merecem atenção no sentido de buscar soluções possíveis para as políticas de *gestão* migratória. O controle desta população apenas com o fornecimento de passes para o transporte urbano ou intermunicipal somente desloca o problema, pesando ora para um ou para outro município.

Para conhecer as experiências dos assistentes sociais, recorremos à metodologia de História Oral pelo fato de se desejar conhecer as experiências históricas dos sujeitos envolvidos, sem perder de vista sua relação com a conjuntura social.

[...] a História Oral, embora diga respeito, como a sociologia e a antropologia, a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, por meio de conversas com as pessoas sobre a experiência e a memória individuais e, ainda, por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um (PORTELLI, 1997, p.15-17).

Compartilhamos com Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988, p.14), quando afirma que o relato oral constituía sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber, o que equivale a dizer, fora a maior fonte de dados para as ciências em geral. Ele está na base da obtenção de toda a sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação de saber.

A pesquisa qualitativa, nas ciências sociais, preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

(...) Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operações de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Os caminhos oferecidos pela pesquisa qualitativa são diversos, mas devemos apontar de antemão que as experiências dos sujeitos históricos compõem, do nosso ponto de vista, um universo de significados que queremos conhecer.

Nesta perspectiva, a narrativa a seguir é composta por trechos dos depoimentos. Segundo Kosminsky (1999, p.87), isto significa dizer que a entrevista é reescrita buscando-se um ordenamento de ideias, editando-as a partir do roteiro. Preocupa-se, também, em preservar a sua originalidade, reescrevendo a entrevista como se fosse o próprio entrevistado que a estivesse escrevendo.

Os profissionais entrevistados conhecem bem a complexidade do tema em questão, o trabalho desenvolvido por alguns são referências para uma população em deslocamento no Vale do Paraíba.

Os deslocados - quem são essas pessoas?

De onde vêm? Para onde estão indo? O que buscam?

(...) Tem alguns que não sabem nem onde mora mais a família. Aí, a gente fica assim, (...) como é que pode a pessoa não saber mais onde mora a mãe? Tem pessoas que não sabem. E como muitas vezes eles (os familiares) moram em casa alugada, mudam e a família esquece todo o vínculo. Eles voltam até pra procurar a família, mais já não encontram mais.

(...) Nós atendemos moradores de rua, moradores da cidade, trecheiros e os transeuntes. O pessoal que tá passeando, no caso os romeiros, atendemos também, pois ficam às vezes perdidos na cidade. (...) eles vêm muito também por causa da situação da cidade, Santuário, não é? É um atrativo, pensam: “nós vamos, a gente vai conseguir um benefício, vamos pra lá que lá tem a Basílica de repente os padres ajudam”, “falaram que aqui tem emprego”. Eles têm muito esta ilusão, eles vêm com essa mentalidade.

(...) Os chamados **trecheiros** que passam aqui, eles realmente estão de passagem, entendeu? Eles vêm no albergue, querem dormir, porque estão caminhando, muito cansados, eles falam: “Olha, eu tô vindo a pé de tal lugar, de tal cidade, tem como você fornecer uma passagem pra mim?” Tipo assim, pra descansar um pouco, mas tá indo embora. Aqui pra gente é considerado **trecheiro** o pessoal que tá realmente passando, ele não pára. Eles realmente estão de passagem, entendeu?

(...) nós temos situações de alguns *moradores da cidade*, eles têm família, aí por algum motivo, separação, ou problema com o álcool, droga, *eles tão na rua*. Então quando aparecem aqui a gente procura encaminhar pra Promoção Social, pra tá descobrindo endereço, pra entrar em contato com a família.

(...) tem uma população, que até o próprio pessoal do albergue usa uma gíria, são os **pardais** do albergue, (...) ele passa todo dia, entendeu? Ele não é morador da cidade, seria um *morador de rua*. Mas ele tá transitando entendeu? Aí, ele vai até uma cidade mais próxima, vai até a capital, volta, assim em curto espaço de tempo. Ele sai, mas sempre volta. É por isso que eles usam este termo popular, **pardal**.

(...) esses que as pessoas consideram *pardais* é também uma população bem nova, *são rapazes*. Eles perdem o emprego, (mas)

têm residência fixa, muitos têm família. Só que tipo assim, por não estarem produzindo *renda nenhuma*, aí brigam com os pais, brigam com a mulher, entendeu? A mulher abandona, aí eles saem, às vezes, faz um servicinho aqui, ali, mas tá sempre nesse pedacinho, (...) alguns ficam o dia inteiro lá no centro, daí ele vem e almoça, volta, quer dizer ele não tá procurando emprego, tá procurando tipo uma comodidade, daí o nome *pardal*. (Entre) eles têm bastante gente do Vale do Paraíba. Pelo menos é o endereço que eles passam. Porque aqui (...) não é feita uma pesquisa pra ver se realmente eles residem lá.

(...) a gente vê bastante também do Rio, tanto vindo do Rio, como indo pro Rio. É uma população assim, a maioria deles tem passagem na polícia. Aí às vezes a gente conversa: “Ah, tô saindo de lá por motivo de briga, agora, tô voltando”. (...) Mas aqui é bem diversificado, entendeu?

(...) Tem o pessoal da Bahia, pra aquele lado lá do Nordeste, do Norte. Tem o pessoal de Santa Catarina também, (...) só que a maioria é do estado de São Paulo e aqui do Vale.

(...) Tem gente do nordeste, mas a maioria é daqui mesmo, do próprio Estado, Sul de Minas, Litoral Norte e São Paulo. A princípio estão procurando emprego. (...) Muitos deles se acostumam com esta vida de rodar de um lado para o outro. Ficam sem

perspectiva de vida, porque até para quem tem casa está difícil emprego. Depois começam a “entrar na bebida”, ficando cada vez pior a situação deles.

(...) Passa *argentino, peruano*, um ou dois. Já passou da *Colômbia*. Aí você vê, às vezes mostram um visto vencido, e afirmam: “eu tô indo pra tal lugar, que vou legalizar”, e aí você vê dentre alguns que a gente pergunta: “a moço se tá saindo do seu país, tà vindo pra cá”? Você vê que a situação dele no país dele é a mesma dos moradores daqui, sabe? Perdeu o emprego, “ah eu trabalhava numa empresa e perdi, já faz três anos que eu tô desempregado”. Eu acho assim, saiu pra... sem rumo, sem destino.

(...) A maioria traz documento, a identidade. (...) porque quando aparecem sem documento a gente encaminha pra delegacia, para trazer um boletim que não documento. (...) Dificilmente eles estão sem, porque eles já sabem também, não é? Se eu chegar num albergue, num abrigo, se eu não tiver documento, não vou poder ter assistência, não vou conseguir dormir, porque, a maioria, dos albergues pede documentos.

(...) Então é feita a acolhida, a triagem. De onde está vindo? Com qual o objetivo? Saber o que está fazendo na cidade (...) depois a casa oferece: alimentação, um banho, um pernoite se for necessário. E nós trabalha-

mos com passe, até a cidade mais próxima, caso ele queira ir pra esta cidade.

(...) Mas se ele chega aqui e está doente. É caráter de emergência? Vai embora? Não! Vamos dar os primeiros atendimentos para saúde, levar para o pronto-socorro, se for preciso “tirar chapa”, se estiver com problema dentário, com dor, vai para o serviço odontológico. Fazemos o acompanhamento até ter condições de viajar novamente. A princípio era só dar a passagem, mais depende de como ele chega. Têm os que estão aqui de passagem, vem por si próprio. Têm os que a Nova Dutra traz, às vezes estão com problemas psiquiátricos, estão esclerosados. Têm os que vem pelo Pronto Socorro Municipal, pela polícia militar e pela comunidade. (...) várias formas.

(...) vem de todas estas partes, às vezes eles são acidentados na Via Dutra, eles vão direto pra o hospital, pronto socorro, e depois que eles têm alta, pra onde vão? Daí vem pra cá, tudo o que não sabem o que fazer, eles mandam pra cá.(...) Tem até um rapaz aqui, que já está acho que um seis meses. Foi acidentado, daí ele fez cirurgia, perdeu a perna porque ele é difícil, não fazia curativo direito.

(...) Na verdade aqui seria para trabalhar com o migrante carente, aquele que está em trânsito pela cidade e quando chega, não tem onde se alimentar, dormir e fazer higiene. (...) um abrigo de caráter de

emergência. Mas cada caso é um caso. (...) se tá doente, se tá perdido, se tá esclerosado a gente não vai mandar pra frente sem saber o que fazer. Esses aí vão ficando, até a gente dar uma solução.

Deslocamentos Humanos: considerações sobre a conjuntura nacional e regional

No Brasil, as tendências gerais dos deslocamentos populacionais, ocorridos desde os anos 30 até a década de 70, estiveram ancoradas, explica Rosana Baeninger (2005, p. 84), na enorme transferência de população do meio rural para o urbano, nas migrações com destino às fronteiras agrícolas, no fenômeno da metropolização e na acentuada concentração urbana.

Desde a década de 70, o processo de estruturação e reestruturação produtiva⁴ no Estado de São Paulo teve desdobramentos importantes na distribuição populacional da metrópole para as áreas urbanas do interior do Estado. Iniciou-se um dinamismo econômico nessas cidades, atraindo a população migrante. As cidades em crescimento industrial estão recebendo imigrantes da região metropolitana de São Paulo.

A partir da década de 80, o fluxo migratório para a metrópole de São Paulo diminui. A região metropolitana passa a se destacar pelo volume migratório para outros Estados do Brasil.

4 No início da década de 70, o modelo de produção Fordista/Taylorista entra em declínio evidenciando a crise do capital com reflexos mundiais. Ricardo Antunes (2006, p. 121), aponta traços mais evidentes da crise de acumulação do capital. A crise de acumulação, causada especialmente pela redução das taxas de lucros, impulsionou o capital a um enfrentamento, através da reestruturação da produção. Essa reestruturação ocorre através do Toyotismo, um modelo de produção japonês que se mostra como solução para a crise do capitalismo. Seu desenho organizacional, seu avanço tecnológico, sua capacidade de extração intensificada do trabalho, bem como a combinação de trabalho em equipe, os mecanismos de envolvimento, o controle sindical, eram vistos pelos capitais do Ocidente como uma via possível de superação da crise de acumulação.

Os anos 90 destacaram-se pela crescente migração para São Paulo, chegando aos patamares dos anos 70.

Entretanto a emigração de São Paulo “vem se mantendo constante a partir dos anos 80” (BAENINGER, 2005, p. 86).

As atuais tendências de migração no país são consolidadas, não só pelos fluxos tradicionais, como também pelos movimentos de curta distância e movimentos de retorno. Os movimentos intraregionais apontam novas dimensões de migração destacando o interior de São Paulo.

(...) De fato, a contrapartida desse processo de menor crescimento da população metropolitana refletiu-se no expressivo crescimento da população residente em cidades não metropolitanas em todas as regiões brasileiras, onde as cidades pequenas e de porte intermediário, juntamente com as cidades médias, registraram crescimento significativo especialmente quando se considera os aglomerados urbanos (BAENINGER, 2004, p. 5).

A partir dos anos 90, o processo de reestruturação produtiva tem mudado o perfil da indústria brasileira, com a retomada do maior peso relativo do Estado de São Paulo na distribuição da indústria de transformação nacional. Assim, em que pese a enorme alteração na “dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro”, o Estado de São Paulo diversificou e modernizou sua indústria de transformação, permanecendo na posição de centro dinâmico do País. Nessa etapa econômica, entretanto, os fluxos migratórios para o Estado têm se reduzido, tornando cada vez mais complexa a relação entre áreas dinâmicas economicamente e capacidade de absorção de contingentes migrantes.

Nesse contexto, explica BAENINGER (2005, p.9) que o processo de redistribuição espacial da população, no Estado, vem assumindo feições distintas. Os principais fluxos migratórios intraestaduais são desencadeados da Região metropolitana de São Paulo em direção, principalmente, para os pólos de atração regional no interior: Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Bauru e

São José do Rio Preto, que desempenham papel fundamental no processo de desconcentração relativa da população no Estado.

O relatório do Comitê de Bacias aponta que o Vale é altamente urbanizado, o que reflete o adiantado do seu processo de industrialização.

A população cresceu a um ritmo de 2,2% a.a. no Vale do Paraíba, entre 1980 e 1998. No ano de 1991, a população urbana representava 90,37% da população regional total, esta proporção era ainda maior no que se refere às cinco principais cidades, onde atingia 94,81%. A população cresceu a um ritmo de 2,2% a.a. no Vale do Paraíba, entre 1980 e 1998.

São José dos Campos e Pindamonhangaba foram as duas cidades entre as mais importantes, que registraram as maiores taxas de crescimento da população entre 80 e 98.

No caso de São José dos Campos, o alto crescimento populacional da década de 80 até meados dos anos 90, ocorre concomitantemente com o declínio da produção. A cidade continuou atraindo mão-de-obra em função do parque industrial instalado.

No período mais recente, ocorre um aumento expressivo da produção desta cidade, ao mesmo tempo em que apresenta crescimento populacional mais elevado do que os demais municípios da região. Durante os períodos analisados pelo relatório, a população cresce mais rapidamente em São José dos Campos do que a média do Vale do Paraíba.

O crescimento populacional das cinco maiores cidades é mais elevado do que o crescimento da população dos demais municípios do Vale do Paraíba, nas décadas de 80 e 90.

O movimento de migração contribuiu para explicar o superior crescimento da população das maiores cidades. Apesar de a região ter passado a atrair um contingente menor de pessoas na década de 80, aquelas que se direcionaram para o Vale, fixaram-se preferencialmente nas maiores cidades.

O debate atual sobre a migração suscita a configuração de um novo padrão migratório brasileiro que desafia os municípios e indica a necessidade de redes de atendimento que contemplem a configuração contemporânea dos deslocamentos humanos.

É importante assinalar que a migração contemporânea se expressa como uma vertente do processo de globalização. Como características da globalização compreendemos:

(...) a internacionalização da produção, a globalização das finanças e seguros comerciais, a mudança da divisão internacional do trabalho, o vasto movimento migratório do Sul para o Norte e a competição ambiental que acelera esses processos. (...) incluem também mudanças na natureza dos Estados e nos sistemas de Estados. (...) A globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha (IANNI, 1995, p. 23-24).

O dinamismo e a força principal de tal processo residem na integração econômica, forjada, imposta e gerenciada pelas regras do liberalismo segundo Martine (2005, p.03). Essas regras, porém são seguidas seletivamente pelos próprios países que as promovem.

O resultado é que as regras do jogo da globalização não se aplicam à migração *internacional, e mesmo, nacionalmente*, enquanto o capital financeiro e o comércio fluem livremente, a mão-de-obra se move a conta-gotas, enfrentando situações de vulnerabilidade social.

A situação vulnerável de albergues e instalações para este segmento necessita ser repensada em conjunto com vários segmentos sociais para elaboração de programa e ações que irão compor políticas sociais nos municípios do Vale do Paraíba para que possamos realizar uma passagem importante do controle migratório para a gestão migratória, melhorando a qualidade desses serviços oferecidos e garantindo direitos sociais constitucionais.

Segundo ANTUNES(1999) a reestruturação produtiva, no Brasil, por ter chegado relativamente de uma forma tardia, houve um ensaio tímido em meados dos anos 80, mas ela veio de maneira explosiva na década de 90. Ainda na década de 80, as empresas passaram a

adotar novos padrões *organizacionais e tecnológicos*. Passaram também a adotar métodos “participativos”, que, segundo ANTUNES (1999, p.17), são mecanismos de “*adesão e sujeição dos trabalhadores com os planos das empresas (p17)*”. Outro fator deu-se por essa reestruturação ter coincidido com a implantação no país da pragmática neoliberal, que culminou com a desregulamentação da economia, a liberação das importações e o início da flexibilização do trabalho.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999.

ÁVILA, Carlos Frederico D. Migração, globalização e relações internacionais: em busca de novas interpretações fundamentais em evidências latino-americanas recentes. In: **Universitas**: Relações Internacionais. O Brasil no contexto das migrações internacionais. Brasília: Uniceub, 2002, p.91-104.

BAENINGER, Rosana. **Expansão, redefinição ou consolidação dos espaços da migração em São Paulo?** Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST9_Baeninger_texto.pdf. Acesso em: 18 de jun de 2007.

_____. **Interiorização da migração em São Paulo**: novas territorialidades e novos desafios teóricos. Disponível em: < [www.abep.nepo.unicamp.br /site_eventos_abep/PDF /ABEP2004_545.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_545.pdf)>. Acesso em: 15/05/2007

_____. São Paulo e suas migrações no final do século 20. In: **São Paulo em perspectiva**: Migrações Internacionais. São Paulo: Seade, 2005, p. 84-86.

BIJOS, Leila. Migrações: sofrimento ou um aporte para o sucesso? Um estudo de caso: Salvador, Bahia e El Alto, Bolívia. In: Revista **Universitas**: relações internacionais. Brasília, V.3 n.2, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME (MDS). CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

COGO, Denise. **Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas**. Rio de Janeiro - Brasília: e-papers, 2006.

Comitê de Bacias Hidrográficas - **Rio Paraíba do Sul e Serra da Mantiqueira**. Disponível em: < <http://www.valeverde.org.br/html/rio.php#a7>>. Acesso em: 20/03/07.

GLOBAL. Disponível em: < www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/statistics/openssl.pdf?tbl=STATISTICS&id=4486ceb12> . Acesso em: 26 de jul 2006.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon (org.) **Agruras e prazeres de uma pesquisadora**: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Fapesp, 1999.

MARÍN, Gladys. **A Luta contra o cerco neoliberal na América Latina**. In. VIZENTINI, Paulo F. (Org.) Século XXI: Barbárie ou Solidariedade? Porto Alegre, ed. da Universidade UFRGS, 1998.

MARINUCCI, Roberto; MILISI, Rosita. **O fenômeno migratório para o Brasil**. Disponível em: <www.migrante.org.br/ofenomenomigratorioparaobrasil.doc>. Acesso em: 03 de ago. de 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**, 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59 – 72, dez. 1996a.

_____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo, São Paulo, n. 14, p. 7 – 24, fev. 1997b.

_____. História Oral como gênero. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo, São Paulo, n. 22, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

SCARIOT, Irmã Elvíia. Esteriótipo da migração produzidos pelo discurso da mídia impressa nacional. In: Revista **Universitas**: relações internacionais. Brasília, V.3 n.2, 2005.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**, São Paulo, Cortez, 2003.